



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Brasília

# **ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS**

PARA O RETORNO À PRESENCIALIDADE NO IFB

Fevereiro | 2022

# SUMÁRIO

<b>Contextualização</b> .....	4
1. Acolhimento a servidores, estudantes e suas famílias.....	7
2. Formação continuada dos servidores.....	11
3. Avaliação diagnóstica.....	13
4. Planejamento de ensino considerando os resultados da avaliação diagnóstica.....	14
5. Recuperação das aprendizagens.....	16
6. Acompanhamento pedagógico, psicológico e social dos/das estudantes.....	19
7. Busca ativa de estudantes.....	21
8. Realização de regime especial de dependência para os/as estudantes que apresentaram dificuldades de aprendizagem durante o período remoto.....	22
<b>Considerações Finais</b> .....	23
<b>Documentos de Referências</b> .....	24



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Brasília

## ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O RETORNO À PRESENCIALIDADE NO IFB

**Assunto:** Orientações pedagógicas para o retorno à presencialidade no IFB, considerando o Parecer CNE/CP n.º 06, de 06 de julho de 2021, a Resolução CNE/CP n.º 2, de 5 de agosto de 2021, bem como o disposto na Lei n.º 14.218, de 13 de outubro de 2021, que altera a Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020, para dispor sobre a validade das normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, enquanto perdurarem a crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 e suas consequências, além das orientações presentes no Plano de Contingência do IFB.

**Objetivo:** Orientar os *campi* acerca das questões pedagógicas para o retorno à presencialidade em todos os cursos, modalidades e níveis de ensino.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Depois de dois anos de pandemia e de atividades não presenciais no âmbito do Instituto Federal de Brasília (IFB), o retorno integral à presencialidade se torna possível em função do avanço da vacinação no Brasil, da constatação que o retorno presencial já é uma realidade na maioria dos municípios brasileiros e de instrumentos normativos supra institucionais que estabelecem o retorno presencial para o ano letivo de 2022.

O ensino remoto emergencial cumpriu seu papel, foi realizado para preservar vidas em um momento da pandemia em que não se conhecia o vírus, em que havia dúvidas sobre o tratamento e a vacina ainda não estava disponível. O ensino remoto tem suas limitações e, por mais que tenha havido esforços da parte de todos, do estudante, do docente e da instituição, ele não substitui o ensino presencial. Os prejuízos para o processo de ensino-aprendizagem não devem ser minimizados e perpetuados como uma consequência da pandemia.

No período de trabalho remoto, a comunidade acadêmica do IFB enfrentou alguns desafios pedagógicos. Para vencê-los, muitas ações foram desenvolvidas no sentido de minimizar os efeitos negativos advindos desse processo: documentos regulatórios, documentos de orientações pedagógicas e ações voltadas à assistência ao estudante, nos âmbitos social, pedagógico e psicológico.

Como documentos normativos, destacamos as resoluções RIFB 32/2020 e RIFB 11/2021, que flexibilizaram as normas institucionais.

Como documentos e atividades de orientação pedagógica, destacamos:

- o Caderno de Orientações Pedagógicas
- a Trilha de Formação em EaD presente no Ambiente Virtual de Aprendizagem NEaD;
- as reuniões entre a Diretoria de Educação a Distância - DEaD e as equipes de ensino dos *campi* para orientações sobre o ensino remoto;
- o curso autoinstrucional de Planejamento de Componente Curricular com Atividades Não Presenciais;
- cursos de Moodle Básico e Intermediário;
- as edições do Fórum da EaD com temas voltados ao ensino remoto e o espaço para compartilhamento de experiências dos *campi*;
- os Diálogos Formativos com temas específicos sobre o ensino remoto presentes ainda na TVIFB;
- a série intitulada “Dicas pedagógicas”, que se encontra depositada no repositório da TVIFB e na Trilha de Formação em EaD.

Como propostas de ações voltadas à assistência ao estudante, destacamos:

- a busca ativa de estudantes;
- os editais de mediador virtual;
- os editais de apoio tecnológico, com a disponibilização de *tablets* e *chips*;
- a orientação e adequação dos programas e respectivos editais da Política de Assistência Estudantil, de modo a oportunizar a participação dos estudantes, no contexto remoto;
- as orientações para organização das equipes da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social (CDAE), de forma a garantir a manutenção dos atendimentos, acompanhamentos e acolhimentos aos estudantes de maneira virtual.

Mesmo diante dessas ações, reconhecemos que a pandemia afetou de modo significativo as aprendizagens

dos/as estudantes e, vale ressaltar, afetou, com maior intensidade, nossos/as estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Assim, para a retomada à presencialidade, é necessário que sejam planejadas e desenvolvidas estratégias que contribuam com o retorno do estudante ao ambiente escolar, com foco na integração social e educacional, de modo que esse momento seja o mais acolhedor possível, minimizando, assim, as consequências das dificuldades de acompanhamento do ensino remoto.

Sobre o retorno à presencialidade, o Conselho Nacional de Educação, ao publicar o Parecer CNE/CP n.º 06, de 06 de julho de 2021 e a Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021, estabeleceu diretrizes gerais para orientar as instituições de ensino, considerando os prejuízos na aprendizagem dos/as estudantes no período de atividades remotas. Os documentos mencionados apontam para a retomada gradual das atividades acadêmicas presenciais. Diante disso, o IFB elaborou normas que orientaram o retorno gradual das atividades presenciais, especialmente o retorno das atividades práticas, que ocorreu no segundo semestre de 2021.

Nesse contínuo e para garantir a ampliação das ações referentes ao retorno, a instituição apresenta orientações de cunho pedagógico para o retorno à presencialidade, as quais podem ser desenvolvidas por todos os setores dos *campi* do Instituto Federal de Brasília. Este documento estabelece diretrizes pautadas em ações pedagógicas voltadas para a recuperação das aprendizagens, para o acolhimento da comunidade (servidores e discentes) à presencialidade e que podem favorecer o desenvolvimento do/a estudante a partir dos documentos que regulam as atividades pedagógicas institucionais:

# 1. ACOLHIMENTO A SERVIDORES, ESTUDANTES E SUAS FAMÍLIAS

Diante do cenário de retorno, é necessário criar condições para o restabelecimento do ensino presencial a toda comunidade acadêmica: servidores, estudantes e suas famílias.

Os servidores terão que lidar com questões relacionadas à segurança sanitária no atendimento ao público, readaptação de rotina pessoal e de trabalho, protocolos de segurança, questões relacionadas à saúde mental, entre elas, ansiedade, autoestima, perdas, luto, medos, entre outras.

No que se refere aos estudantes, os desafios são inúmeros e se concentram, especialmente, naqueles de natureza social, pedagógica e psicológica, sendo importante que a instituição se prepare para lidar com situações de conflitos familiares vividos pelos estudantes, dificuldades econômicas e de subsistência, bem como a submissão dos nossos estudantes adolescentes, jovens, adultos e idosos a uma convivência excessiva com equipamentos tecnológicos.

Assim, a readaptação de rotinas individuais e em grupo, o estabelecimento e a explicação da importância acerca dos protocolos de segurança, o incentivo à integração social e à construção do sentimento de pertencimento à instituição escolar e a realização de atividades de lazer, esporte e cultura são questões importantes e deverão ter o olhar sensível de cada campus e da instituição, de modo a promover o acolhimento do público a quem servimos.

Como extensão do acolhimento ao discente, há a necessidade de voltar também o olhar às famílias, uma vez que, naturalmente, estas podem se sentir inseguras com o retorno ao ensino presencial, preocupadas com a efetividade dos protocolos de segurança e, em especial, com o desempenho escolar e os processos de ensino aprendizagem.

Assim, de modo atender as expectativas dos atores envolvidos, destaca-se a importância de que a rotina de estudos presenciais seja gradativa e recuperativa, a fim de que todos tenham condições de conquistar um melhor aproveitamento. As ações, nesta perspectiva, devem se centrar na identi-

cação de necessidades de ordem social, psicológica e pedagógica e promover estratégias para o seu atendimento, visando à formação integral.

Nesse sentido, é fundamental entender as especificidades de cada *campus*, curso e turma, considerando os níveis, tipos de oferta e modalidades de ensino, realizando ações de acolhimento tanto dos ingressantes quanto dos que já eram estudantes do IFB nos anos anteriores.

Destaca-se a importância de que a acolhida dos servidores preceda o acolhimento dos estudantes e das respectivas famílias, de modo a atenuar os receios e construir um ambiente harmonioso ao ambiente escolar. É importante destacar o processo de transformação que vivemos. Nesse sentido, na perspectiva freiriana, considerando a incompletude do ser humano, é relevante considerar que as mudanças que aconteceram na vida de todos devem ser recebidas com empatia e respeito com que todos merecem.

### Ações sugeridas

- Vídeo de acolhimento institucional com as autoridades do IFB.
- Leitura ou apresentação, por meio de Lives, da pesquisa “O bem-estar subjetivo da comunidade estudantil do IFB em tempos de pandemia”, desenvolvida pelo Fórum dos Psicólogos do Instituto Federal de Brasília, que oferece subsídios informacionais aos gestores e a todos os servidores do IFB sobre os aspectos do bem-estar e saúde mental do corpo discente durante o isolamento social, com vistas a nortear ações e estratégias a serem realizadas para este momento de retorno às atividades presenciais.
- Leitura ou apresentação, por meio de Lives, da pesquisa “O bem-estar subjetivo dos servidores do IFB em tempos de pandemia”, que objetivou compreender o impacto da pandemia no bem-estar psicológico dos servidores e as consequências desse impacto nos processos de ensino-aprendizagem, oferecendo



à instituição contribuições para a criação de estratégias que colabore com a saúde psíquica dos servidores, após o período do ensino não presencial.

- Criação e uso de espaços voltados para diálogo e escuta reafirmando a identidade e cultura institucional de que todos os espaços da escola são locais de acolhimento.
- Promoção de atividades integradoras com a participação de órgãos de representação estudantil (grêmios, CA, entre outros) e setores como CDAE, CDPD, Coordenações de Curso para organização/condução das atividades iniciais de acolhimento com fins de fortalecimento do vínculo com a instituição.
- Reunião com pais e/ou responsáveis dos/as estudantes, via *online* ou presencial, desde que escalonada por curso/série, observando os protocolos de biossegurança, cujas informações a serem fornecidas deem ênfase às orientações sobre o retorno às atividades escolares presenciais: quais os parâmetros para que ele ocorra? Como a escola tem construído seu plano e suas diretrizes para o retorno à presencialidade de forma segura?
- Em caso de reuniões presenciais, realização de falas rápidas e direcionadas ao acolhimento (informações sobre o trabalho pedagógico e o retorno no *campus* podem ser entregues em material impresso ou apresentados em vídeos curtos).
- Reunião virtual com os pais/responsáveis dos/as estudantes e/ou envio de comunicações por escrito, esclarecendo as medidas adotadas e compartilhando com eles os cuidados e controles necessários decorrentes da pandemia da COVID-19.
- Organização de ações de acolhimento/escuta aos servidores.

- Organização de roteiros para o conhecimento/reconhecimento dos espaços físicos do campus, ação voltada, em especial, aos estudantes que ingressaram em 2020, 2021 e 2022 respeitando as condições e protocolos de biossegurança. Como sugestão de protocolos a serem seguidos, aponta-se o Manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da Covid-19 presente nos *links* a seguir:

**Versão 2020:**

<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/cartilhabinhosseguranca-2.pdf>

**Versão 2021:**

[https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/recomendacoes\\_2021-08.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/recomendacoes_2021-08.pdf)

- Exposição (via *online* ou via documento escrito) às famílias dos/as estudantes do ensino médio integrado de como as aulas vão ocorrer/estão ocorrendo no *campus*, para deixá-las seguras em relação à prevenção da transmissão do vírus.
- Promoção de ações formativas com o objetivo de esclarecer o assunto aos estudantes e a suas famílias sobre a importância da vacinação em contexto de pandemia.
- Diálogo com os/as estudantes, esclarecendo a organização do ensino e as condições sanitárias, retirando as dúvidas de forma a dirimir a ansiedade que possa se manifestar.
- Desenvolvimento de atividades que incentivem a ressignificação do cuidado com a saúde, promovendo conteúdos atitudinais de atenção à saúde, ao autocuidado, de respeito ao próximo, de empatia e solidariedade, com foco na construção e fortalecimento de vínculos afetivos.

- Realização de pesquisas e construção de estratégias de intervenção com estudantes e famílias sobre os novos desafios relacionados à saúde física, à saúde mental, ao luto, ao ingresso no mundo do trabalho, à sustentabilidade, à violência, ao futuro e a projetos de vida.
- Endosso contínuo da importância da comunicação não violenta, do respeito às ideias divergentes, do estabelecimento de diálogos maduros e pautados na liberdade e na empatia.

## 2. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES

Em relação à formação continuada de servidores, destacamos a importância do processo formativo dentro do IFB para o desenvolvimento do ensino em EaD. De igual maneira, o processo formativo relacionado às ações para a retomada das atividades presenciais também é muito importante.

Consideramos que a experiência com o trabalho remoto contribuiu, significativamente, para a ampliação do pensar e do fazer pedagógico, por isso entendemos que as atividades presenciais, a partir de agora, não ocorrerão da mesma forma que antes da pandemia, terão agregadas a elas todo o repertório de metodologias ativas aprendidas e desenvolvidas no trabalho remoto.

## Ações sugeridas

- Desenvolvimento de curso de formação em serviço destinado aos profissionais da educação, especialmente professores e técnicos das equipes pedagógicas, organizado e promovido pela Reitoria em parceria com os *campi*.
- Formações específicas por *campus*/curso/nível ou modalidade de ensino.
- Ciclo de debates em torno de metodologias que facilitam a aprendizagem nesse retorno à presencialidade (Encontro Pedagógico Unificado, Diálogos Formativos e outras ações pedagógicas propostas pelos *campi*).
- Ações de formação para utilização da Plataforma NEaD (cursos de Moodle Básico e Intermediário, disponíveis nas Trilhas de Formação em EaD).
- Qualificação da comunicação entre os docentes, que estão em contato frequente com os/as estudantes, e os demais servidores, visando ao aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem.
- Fortalecimento das ações das Comissões de Qualidade de vida e Saúde Mental.

### 3. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A concepção pedagógica do IFB compreende que a avaliação diagnóstica deve ser o ponto de partida para o planejamento do ensino no âmbito dos componentes curriculares. Sobretudo no retorno à presencialidade, esta estratégia se revela mais importante ainda, uma vez que é preciso contemplar objetivos de aprendizagem que ficaram comprometidos em função do ensino remoto. A avaliação diagnóstica permite o levantamento dos conhecimentos que devem balizar o planejamento de ensino centrado no/a estudante e não apenas no conteúdo programático. Tão importante quanto realizar a avaliação diagnóstica é propor ações pedagógicas a partir dos resultados dela.

#### Ações sugeridas

- Realização da avaliação diagnóstica inicial no âmbito de cada curso/componente curricular considerando os objetivos de aprendizagem dos anos de ensino remoto.
- Realização de estratégias de avaliação diagnóstica interdisciplinar ou por área/disciplina.
- Discussão, no âmbito do *campus*/curso, sobre instrumentos avaliativos para auxiliar na avaliação diagnóstica. Sugere-se consultar as Diretrizes de Avaliação, publicadas pela resolução RIFB 12/2021.
- Planejamento e realização da avaliação diagnóstica utilizando ferramentas como: formulários Google, questionários, observações, atividades individuais e em grupo.
- Avaliação diagnóstica realizada de forma presencial (sem consulta a materiais de apoio do/da estudante ao conteúdo).

- Definição da forma de avaliação diagnóstica de cada componente em cada curso a partir de reunião dos professores por área.
- Recuperação de conteúdos do ano de 2021 em modalidade presencial com atividades no NEaD, com avaliação interdisciplinar/multidisciplinar.
- Previsão de momentos para socialização dos resultados da avaliação diagnóstica no âmbito de cada curso.
- Planejamento coletivo de ações para recuperação de aprendizagem, nos casos em que essa necessidade for identificada. Ex: elaboração de projetos de ensino interdisciplinares; realização de projetos de Prática Profissional Integrada (PPI); integração dos programas educacionais realizados no âmbito das licenciaturas no desenvolvimento de materiais didáticos; desenvolvimento de oficinas voltadas à recuperação da aprendizagem; entre outros.

## 4. PLANEJAMENTO DE ENSINO CONSIDERANDO OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Considerando as consequências relacionadas ao ensino remoto do ponto de vista da aprendizagem, o planejamento para o ano letivo de 2022 não poderá prescindir desta experiência. Os resultados da avaliação diagnóstica serão o ponto de partida para o planejamento do ano letivo de 2022, a partir de uma abordagem centrada no/na estudante e não apenas nos conteúdos programáticos. Isso significa que os conteúdos programáticos previstos para o ano vigente precisam ser analisados, para atender à sua essencialidade, tendo em vista a necessidade de recuperação de aprendizagens dos anos anteriores.

## Ações sugeridas

- Planejamento do ensino baseado nos resultados da avaliação diagnóstica e nos objetivos de aprendizagem dos anos de ensino remoto no âmbito dos componentes curriculares.
- Detalhamento, nos planos de ensino, das ações de avaliação diagnóstica e das estratégias para a recuperação da aprendizagem dos anos letivos de 2020 e 2021, com base nos resultados desta avaliação.
- Replanejamento da disciplina a partir do realinhamento de objetivos considerando o resultado da avaliação diagnóstica, com flexibilização para apresentação do plano de ensino ao estudante ou sua atualização, conforme replanejamento.
- Planejamento de ações coletivas por cursos/turmas considerando as especificidades, os resultados da avaliação diagnóstica e os objetivos de aprendizagem dos anos de ensino remoto.
- Revisão dos conceitos elencados na ementa e foco nos aspectos mais significativos/essenciais considerando as possíveis lacunas de aprendizagem decorrentes do período da pandemia.
- Planejamento de estratégias de ensino a partir das Metodologias Ativas, indicadas no Caderno de Orientações Pedagógicas do IFB (integração dos componentes curriculares, interdisciplinaridade e a organização curricular, sala de aula invertida, *Problem Based Learning - PBL*, reorganização do tempo escolar, roteiro de aprendizagem/estudo dirigido, portfólio, sala de aula invertida, rotação individual, rotação por estações, aprendizagem entre pares, laboratório rotacional, trilhas de aprendizagem, TV IFB).
- Planejamento de Sequências Didáticas Integradas.

Como sugestão, sugerimos leitura do *e-book* presente no *link*: <https://www.atenaeditora.com.br/post-e-book/4528>

- Atenção aos/às estudantes dos cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA-EPT - Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), a partir de ações de resgate de conteúdos passados, de forma a ampliar o conhecimento sobre os assuntos e reavivar o vínculo com o *campus*.
- Consulta ao Caderno de Orientações Pedagógicas do IFB.
- Valorização das Metodologias Ativas, no sentido de ressignificar o papel do professor no processo de ensino, como mediador das aprendizagens, e colocar o/a estudante como protagonista na construção do próprio conhecimento.

## 5. RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

A recuperação das aprendizagens é um direito assegurado aos/às estudantes no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, que adquire maior importância para o ensino pós-pandemia, uma vez que este contexto dificultou a aprendizagem durante o ensino remoto. Dessa forma, são importantes as ações de recuperação de aprendizagens, as quais devem ser planejadas a partir dos resultados da avaliação diagnóstica, para que os/as estudantes tenham condições de construir os conhecimentos fundamentais do componente curricular, a partir de estratégias que considerem os diferentes níveis e modalidades de ensino. A recuperação das aprendizagens pode ser realizada de forma coletiva (promovida para todos os/ as estudantes da turma), no âmbito do próprio componente curricular ou outra ação, pode ser realizada de forma individual, a partir de plano de estudos.



## Ações sugeridas

- Adoção de estratégias de aprendizagem, pautadas na metodologia híbrida a partir do uso de tecnologias para complementar as aulas presenciais, com vistas na recuperação da aprendizagem.
- Promoção da recuperação da aprendizagem, a partir das temáticas identificadas na avaliação diagnóstica, para os cursos da educação básica e superiores, por meio de projetos de ensino, monitoria, oficinas, mini-cursos, semanas acadêmicas, entre outras atividades.
- Realização de atividades integradoras entre as disciplinas, de modo a favorecer o trabalho integrado.
- Promoção da recuperação paralela, por meio de estratégias de aprendizagem - a partir da reorganização da disciplina, do planejamento, do conteúdo programático, considerando o resultado da avaliação diagnóstica.
- Fomento para projetos de recuperação de aprendizagem, por meio de edital para projetos de ensino ou monitoria.
- Inclusão, nas atividades complementares, quando desenvolvidas pelos cursos de graduação, de temáticas que necessitam de aprofundamento.
- Produção de materiais didáticos com vistas a subsidiar a aprendizagem para além das aulas presenciais.
- Recuperação de conteúdos no início do semestre (p. ex. as duas primeiras semanas) a partir da realização de práticas pedagógicas centradas nos conteúdos procedimentais, no sentido de complementar os conteúdos conceituais estudados remotamente.
- Recuperação paralela planejada e executada por cada professor, mediada a partir de roteiros de aprendizagem.

- Planejamento coletivo dos professores para subsidiar estratégias de ensino integradas por área ou por disciplina.
- Formação de grupos de estudo, com auxílio de monitores.
- Utilização de roteiros de aprendizagem (modelo presente no anexo do Vídeo nº 05 - Roteiro de orientação para as atividades presenciais ou não presenciais da série de “Dicas Pedagógicas” - TVIFB e NEaD) para a apresentação das atividades de recuperação de aprendizagem.
- Planos para estudos individuais, sobretudo para os/as estudantes atendidos pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE, focados nas áreas mais defasadas e aplicados de acordo com os grupos de estudantes com essas defasagens.
- Busca de voluntários para ministrar minicursos de determinado tema.
- Utilização de atividades no NEaD e encontros virtuais síncronos acompanhados de roteiros de aprendizagens.
- Elaboração de atividades na modalidade EaD (dentro do percentual permitido por lei), por meio de encontros virtuais síncronos e/ou assíncronos, acompanhados de roteiros de aprendizagem disponibilizados no NEaD.
- Utilização das Práticas Profissionais Integradas – PPI – como espaço para a recuperação da aprendizagem.

## 6. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO, PSICOLÓGICO E SOCIAL DOS/ DAS ESTUDANTES

Durante o ensino remoto, os desafios em relação ao atendimento pedagógico, psicológico e social aumentaram significativamente. Para além da alteração da dinâmica dos atendimentos aos estudantes em função das atividades não presenciais, a pandemia e suas derivações sociais fizeram com que as vulnerabilidades já existentes antes dela tendessem a uma potencialização e, conseqüentemente, a uma atuação mais sensível, atenta, específica e especializada dos nossos servidores.

Para a continuidade dos trabalhos e para a manutenção dos atendimentos e identificação de novas demandas, entende-se que, neste momento, torna-se prioritária a integração entre os profissionais dos setores do ensino, tendo em vista a importância da atuação de todos os atores para o êxito no processo de aprendizagem, sempre pautada na atenção à saúde mental e psíquica dos estudantes, na necessidade da construção de um ambiente que eles se sintam acolhidos e importantes, mesmo diante das dificuldades de permanência.

### Ações sugeridas

- Integração entre os setores do ensino, de modo a promover o fortalecimento ou a ampliação e a divulgação dos espaços de escuta de estudantes, visando à identificação e ao acompanhamento daqueles que necessitam de atendimento.
- Promoção de ações de escuta voltadas aos aspectos relacionados à saúde mental e às questões psicológicas e sociais para a compreensão das necessidades dos/das estudantes.
- Desenvolvimento de estratégias de acompanhamento e identificação de demandas de cunho pedagógico, psicológico e social, mantendo e potencializando

os laços com os grupos de apoio disponíveis na comunidade.

- Formação de grupos de trabalho que sirvam de apoio para as áreas pedagógica e psicossocial já dispostas no *campus*; os quais sejam formados por servidores especialistas ou por servidores que queiram contribuir com esse apoio.
- Esclarecimentos aos servidores técnicos e docentes do *campus* acerca dos atendimentos feitos pelos servidores do serviço social, da psicologia, pedagogia e servidores técnicos em assuntos educacionais, de modo a contribuir para a compreensão dos limites e das possibilidades desses atendimentos, bem como os encaminhamentos a serem feitos para além da escola.
- Orientações aos servidores técnicos e docentes acerca dos encaminhamentos de estudantes em situação de vulnerabilidade de qualquer natureza, a fim de minimizar possibilidades e reincidências de violência.
- Estabelecimento de periodicidade no contato com os/as estudantes, de modo a oferecer o suporte necessário ao seu desenvolvimento.
- Adoção e manutenção de planilhas para acompanhamento de atendimento (pedagógico, psicológico ou social) com o fim de orientar as turmas dos cursos de Ensino Médio Integrado existentes.
- Adoção e manutenção de planilha para acompanhamento de atendimento (pedagógico, psicológico ou social) com o fim de orientar os/as estudantes dos técnicos subsequentes.
- Criação de estratégias de acompanhamento dos/das estudantes de cursos de graduação e pós-graduação.

## 7. BUSCA ATIVA DE ESTUDANTES

Durante o ensino remoto, muitos/as estudantes deixaram de realizar as atividades acadêmicas, sem, contudo, ter interrompido o vínculo com a instituição. Nesse sentido, se faz necessária a busca ativa desses estudantes, assim como também a especial atenção ao período de renovação e de reabertura de matrícula, com vistas à busca dos/das estudantes que não avançaram ou não concluíram as atividades letivas no período do ensino remoto.

Ademais, com o retorno das atividades presenciais, é importante que sejam identificados/as, desde o início do ano/semestre e durante todo o período letivo, os/as estudantes com baixa frequência às aulas, de maneira a realizar ações que contribuam para a permanência do/da estudante.

### Ações sugeridas

- Acompanhamento da frequência do/da estudante a fim de que seja realizado mapeamento dos estudantes infrequentes, de modo que o *campus* promova ações para mitigar as dificuldades de permanência no ensino presencial.
- Ampla divulgação dos períodos de reabertura e renovação de matrícula nos meios de comunicação disponíveis.
- Fortalecimento da articulação entre o Registro Acadêmico e Coordenações dos Cursos para atualização dos contatos de emergência dos estudantes.
- Promoção de espaços de intercâmbios de saberes e experiências entres os setores de atendimento ao estudante com vistas ao fortalecimento de escutas, abordagens e encaminhamentos sensíveis e humanizados.
- Fortalecimento da articulação com as representações estudantis dos *campi* de modo que contribuam diretamente com o processo da busca ativa dos estudantes com dificuldade de permanência.

## 8. REALIZAÇÃO DE REGIME ESPECIAL DE DEPENDÊNCIA PARA OS/AS ESTUDANTES QUE APRESENTARAM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DURANTE O PERÍODO REMOTO

O Regime Especial de Dependência tem como objetivo possibilitar recuperação dos conteúdos, das competências e das habilidades próprias do componente curricular aos/às estudantes que não obtiveram êxito em algum componente curricular e que apresentaram dificuldade de aprendizagem. O regime de dependência visa proporcionar aprendizagens relevantes, bem como condições favoráveis que assegurem ao/à estudante o prosseguimento de seus estudos, visando minimizar os efeitos decorrentes de reprovação escolar.

Destaca-se que o/a estudante, em regime especial de dependência, oriundos dos anos de 2020 e 2021, mantém as prerrogativas previstas na Resolução RIFB 11/2021, incluindo estudantes da última série do ensino médio ou do último semestre/módulo do subsequente.

### Ações sugeridas

- Levantamento, a partir da avaliação diagnóstica, dos conteúdos, das habilidades e das competências que precisam ser apropriadas pelos/as estudantes para a proposição de Plano Individual de Dependência.
- Elaboração de Plano Individual de Dependência, tendo por base a avaliação diagnóstica que tem o intuito de verificar quais os conteúdos, as habilidades e as competências precisam ser apropriadas pelos estudantes.
- Elaboração de roteiros específicos para o desenvolvimento de atividades elencadas no Plano Individual de Dependência.

- Acompanhamento e registro diário/semanal das atividades propostas no Plano Individual de Dependência.
- Realização de autoavaliação por parte do discente, acompanhada pelo docente, no sentido de resgatar, orientar e promover a aprendizagem.
- Consulta à Nota Técnica 01/2020, para encaminhamentos mais específicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respeitando os princípios norteadores das ações do IFB presentes no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), considerando a gestão democrática do ensino e a transparência administrativa na perspectiva da construção de uma instituição democrática e participativa, as Pró-reitorias de Ensino, de Pesquisa e Inovação e de Extensão e Cultura se colocam abertas ao diálogo e à disposição para o planejamento das questões pedagógicas necessárias ao desenvolvimento das estratégias específicas de cada *campus*.

## DOCUMENTOS DE REFERÊNCIAS

### Pareceres do Conselho Nacional de Educação

[Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020](#) - Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

[Parecer CNE/CP nº 11/2020, aprovado em 7 de julho de 2020](#) - Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.

[Parecer CNE/CP nº 15/2020, aprovado em 6 de outubro de 2020](#) - Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

[Parecer CNE/CP nº 16/2020, aprovado em 9 de outubro de 2020](#) - Reexame do item 8 (orientações para o atendimento ao público da educação especial) do Parecer CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020, que trata de Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da pandemia.

[Parecer CNE/CP nº 19/2020, aprovado em 8 de dezembro de 2020](#) - Reexame do Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

[Parecer CNE/CP nº 6/2021, aprovado em 6 de julho de 2021](#) - Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.



## Resoluções do Conselho Nacional de Educação

[Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020](#) - Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

[Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021](#) - Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.

## Leis nacionais

[Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

[Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020](#) - Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

[Lei nº 14.218, de 13 de outubro de 2021](#) - altera a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, para dispor sobre a validade das normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, enquanto perdurarem a crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 e suas consequências.



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Brasília

**INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA | REITORIA**

SAUS Quadra 2, Bloco E, Edifício Siderbrás

Brasília-DF | CEP 70070-906

[www.ifb.edu.br](http://www.ifb.edu.br)